

ÍNDICE GERAL

ADVERTÊNCIAS	Págs. 7
------------------------	------------

I PARTE

NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A exigência de continuidade	11
2. Características	13
3. Sistemática	15
4. Fontes	16
5. Âmbito do Direito das Sucessões	18
6. História	19
7. Programa	20
8. Situação europeia	22
9. A doutrina portuguesa	23
10. Fundamento da sucessão em benefício de pessoas privadas	25
11. Sucessão familiar ou voluntária	28
12. Sucessão de leis	29
13. Conflitos de leis: remissão	32
14. Autonomia. Carácter institucional	33
15. A sucessão por morte	35
16. Objecto da sucessão	36

CAPÍTULO II

FACTOS DESIGNATIVOS

	Págs.
17. A designação	38
18. Negócios jurídicos <i>mortis causa</i>	39
19. Factos designativos negociais e negócios <i>mortis causa</i>	40
20. Primeira noção de testamento	42
21. Implicações do carácter negocial	43
22. Carácter unilateral	45
23. Carácter singular	46
24. O testamento como negócio pessoal	48
25. Substituições pupilar e quase-pupilar	49
26. Natureza jurídica	51
27. O autor do testamento	52
28. Incapacidades testamentárias	54
29. As ilegitimidades testamentárias	56
30. Regime	58
31. Forma	60
32. Formas especiais	62
33. Testamento público	62
34. Testamento cerrado	63
35. Carácter solene	65
36. Acto de última vontade. Discricionaridade	67
37. Revogação	68
38. Tipos	69
39. Revogação real	70
40. Carácter não recipiendo e gratuito	72
41. Invalidez	72
42. A vontade no negócio testamentário	75
43. A relevância dos fins	76
44. A execução ou declaração	77
45. Declaração e inexistência	78
46. A incapacidade accidental	80
47. Vícios na formação de vontade	81
48. Requisitos do erro: desculpabilidade	83
49. Erro sobre os motivos	84
50. Erro sobre a base do negócio	85
51. Divergências entre a vontade e a manifestação: o erro	86
52. Simulação	88

	Págs.
53. Reserva mental	90
54. Generalidades sobre a designação contratual	92
55. Pacto sucessório e negócio regulador da sucessão	93
56. A conversão legal em disposição testamentária	94
57. Pactos admissíveis	96
58. Partilha em vida	98

CAPÍTULO III

OS SUCESSÍVEIS

59. A hierarquia dos títulos	100
60. Os sucessíveis e a sua hierarquia	102
61. Aquisição e perda da qualidade de sucessível	103
62. Expectativas sucessórias após a abertura da sucessão	106
63. Expectativas sucessórias antes da abertura da sucessão	107

II PARTE

A SUCESSÃO

CAPÍTULO I

ABERTURA DA SUCESSÃO

64. Abertura da sucessão. Morte	113
65. Ausência	115
66. Curadoria definitiva	116
67. Tempo	119
68. Lugar	119

CAPÍTULO II

DA VOCAÇÃO EM GERAL

69. Vocaçào, chamamento, devolução	121
70. O facto jurídico	122
71. O efeito jurídico	124
72. A personalidade jurídica	125
73. A crio-preservação e a sucessão legítima	128
74. A sucessão testamentária	129

	Págs.
75. As pessoas colectivas a instituir	130
76. A sobrevivência	131
77. Direitos eventuais do ausente	134
78. Capacidade sucessória activa: afastamento	136
79. Capacidade sucessória passiva	136
80. As pessoas singulares. As indignidades	138
81. Natureza da indignidade	140
82. O significado da declaração de indignidade	141
83. Solução adoptada	143
84. Efeitos ulteriores	145
85. A deserdação	146
86. Extensão da indignidade à sucessão legitimária	148
87. As pessoas colectivas	151
88. Conclusão sob a incapacidade e a indignidade	153
89. O direito de suceder e a sua transmissibilidade	154
90. Tempo da vocação	156
91. Vocação múltipla	157
92. Divisibilidade ou indivisibilidade da vocação	159
93. Resolução da vocação	160
94. Caducidade do direito de suceder	162
95. Vocações subsequentes	163
96. Em benefício dos sucessíveis subsequentes há uma situação jurídica	164
97. Repúdio da tese da vocação suspensa	166
98. A tutela dos sucessíveis subsequentes	167
99. Conclusão sobre a estrutura da vocação	169

CAPÍTULO III

VOCAÇÕES ANÓMALAS

100. Preliminares	171
101. Pressuposto e efeito da vocação indirecta	173
102. As substituições	175

SECÇÃO I

Substituição directa

103. Âmbito	176
104. Pressupostos	178
105. Modalidades e efeitos	180

SECÇÃO II

Direito de representação

	Págs.
106. Noção	182
107. Descendentes	183
108. Sucessão legal	186
109. Sucessão voluntária	187
110. Título	189
111. Alteração das regras normais da sucessão	190
112. A sucessão por stirpes	192
113. A representação entre sucessíveis do mesmo grau	193
114. A representação numa só stirpe	195
115. A stirpe de um só sucessível	198

SECÇÃO III

Acrescer

116. A figura genérica do acrescer	199
117. Não poder ou não querer aceitar	200
118. Previsões legais	203
119. Direito de acrescer e direito de não decrescer	205
120. Regime	207
121. Acrescer entre legatários ou entre herdeiros instituídos	208
122. Acrescer entre herdeiros legais	209
123. Acrescer entre herdeiros de espécies diferentes	211
124. Acrescer entre legatários e herdeiros	213
125. O não decrescer como figura normal	215
126. Vocação conjunta ou direito à totalidade	217
127. O direito de acrescer sobre porção onerada com encargos especiais	219
128. A reversão para o beneficiário dos encargos	220
129. Especificidades da situação	221

SECÇÃO IV

Substituição fideicomissária

130. Caracterização	223
131. Limitação da substituição a um grau	225
132. A reversão condicional	227
133. Situação do fiduciário	228

	Págs.
134. Situação do fideicomissário.	229
135. Natureza do fideicomisso	231

CAPÍTULO IV

OBJECTO DA SUCESSÃO

136. A herança	234
137. Delimitação negativa: situações patrimoniais	235
138. As situações passivas.	237
139. As situações pessoais.	239
140. Posição adoptada.	241
141. O direito à indemnização. Em particular o problema do direito à reparação por morte do <i>de cuius</i>	243
142. A falta de fundamento legal	245
143. A contrariedade a princípios e interesses.	247
144. Aquisições “mortis causa” excluídas das sucessões.	249
145. Sucessão constitutiva	251

CAPÍTULO V

HERDEIRO E LEGATÁRIO

146. A contraposição	253
147. Posições legais	255
148. Problemas em aberto	257
149. Análise do regime.	259
150. O herdeiro como continuador da personalidade	261
151. O herdeiro como representante do <i>de cuius</i>	262
152. O herdeiro como sucessor pessoal	263
153. O problema da sucessão nas situações pessoais	265
154. Significado das diferenças de regime	267
155. A intenção do instituidor	269
156. Análise crítica.	270
157. Injuntividade e autonomia.	272
158. A especificação de bens como composição da quota.	274
159. Deixa de universalidade	275
160. Deixa de bens caracterizados pela qualidade de móveis ou imóveis	276
161. Deixa de bens segundo um critério de divisão do património.	278
162. Herdeiro e não decrescer	278

	Págs.
163. Determinação, variabilidade, limitação	280
164. Deixa de bens presentes e futuros, e deixa só de móveis ou só de imóveis	282
165. Herança deficitária	283
166. Herança vazia.	284

CAPÍTULO VI

VOCAÇÃO TESTAMENTÁRIA

167. Razão de ordem	287
168. Conteúdo do testamento: significado da disposição de bens	289
169. A essência: disposições de última vontade.	291
170. O critério da interpretação	293
171. O resultado da interpretação	296
172. Integração	298
173. Integração e interpretação complementadora	301
174. Alteração das circunstâncias	303
175. A designação dos sucessores.	305
176. Modalidades de legados	307
177. Legado de direito de que o <i>de cuius</i> não é titular.	310
178. Cont.: legado de coisa alheia	311
179. Outros legados	313
180. Pré-legado	314
181. Condição e negócio principal	316
182. Regime	319
183. Termo	320
184. Modo ou encargo	321
185. As cláusulas acessórias e o tempo da vocação.	323
186. Aproveitamento de disposições inválidas.	325
187. Caducidade	327

CAPÍTULO VII

VOCAÇÃO LEGÍTIMA

188. Noção	330
189. Sucessíveis legítimos	333
190. Preferência de classe	334
191. Preferência de grau	335
192. Divisão por cabeça	336

	Págs.
193. Primeira classe sucessória. Sucessão dos descendentes	337
194. Situação do cônjuge. Protecção não sucessória.	339
195. A evolução da situação sucessória do cônjuge	340
196. Concorrência de cônjuge e descendentes.	342
197. Outras regras da 1.ª classe sucessória.	344
198. Sucessão de cônjuge e ascendentes	346
199. Sucessão dos irmãos e seus descendentes	347
200. Sucessão dos outros colaterais.	348
201. Consequências sucessórias da adopção. A adopção plena	349
202. Adopção restrita	350
203. Sucessão do Estado	351

CAPÍTULO VIII

VOCAÇÃO LEGITIMÁRIA

204. A legítima e os legitimários	353
205. As quotas da legítima	355
206. Imutabilidade ou variação da quota da legítima	357
207. A expectativa do legitimário	359
208. Cálculo da legítima	361
209. As dívidas da herança	362
210. Imputação: o critério geral	364
211. Um só legitimário e uma só stirpe	366
212. Herança	368
213. Preenchimento pelo autor da sucessão da quota do legitimário	370
214. Legado em substituição da legítima	371
215. O beneficiário e a qualidade de herdeiro.	373
216. A intenção do testador	374
217. A qualificação como herdeiro	375
218. A doação	377
219. Partilha em vida: remissão	379
220. A integridade qualitativa da legítima. A cautela sociniana.	380
221. A opção do legitimário.	381
222. As disposições inoficiosas	383
223. A redução de disposições testamentárias	385
224. A redução das doações.	386
225. A natureza da impugnação de liberalidades	387
226. O conflito de direitos.	389
227. O herdeiro legitimário	390
228. Natureza da vocação legitimária	391

CAPÍTULO IX

PENDÊNCIA DA SUCESSÃO

	Págs.
229. A pendência e os problemas que suscita	395
230. Natureza jurídica: as posições	396
231. Situações jurídicas sem sujeito	399
232. Providências destinadas a fazer cessar a pendência. A notificação dos sucessíveis	400
233. Providências relativas à administração da herança: A) Administração pelo chamado a título de herdeiro	402
234. B) Formas institucionalizadas de administração	404
235. Curador da herança jacente.	405
236. Herança sob condição suspensiva ou em benefício de nascituro	406
237. Providências de protecção de terceiros	407

CAPÍTULO X

DEVOLUÇÃO

238. A contraposição objectivo-subjectivo	409
239. A posição de M. Gomes da Silva	410
240. Devolução e bens	412
241. A aquisição da posse pelo herdeiro	413
242. A aquisição da posse pelo legatário	415
243. Conclusão sobre a posse do legatário	418
244. A sucessão na posse	418
245. Tempo da devolução	421
246. Conclusão sobre a estrutura do fenómeno sucessório	422

CAPÍTULO XI

AQUISIÇÃO. ACEITAÇÃO E REPÚDIO

247. Generalidades	424
248. Caracterização da aceitação e do repúdio	426
249. Outros aspectos comuns	428
250. Repúdio	430
251. A "sub-rogação" dos credores	432
252. Aceitação expressa e tácita	434
253. Aceitação pura e beneficiária	436

	Págs.
254. Modos de aquisição sucessória	437
255. O carácter diferido da aquisição	439
256. A aquisição pelo Estado	441

CAPÍTULO XII

NATUREZA DA SUCESSÃO

257. A sucessão no Direito Romano	444
258. A transmissão e as suas modalidades	446
259. Sucessão e transmissão	448
260. A noção legal	449
261. Posição do problema	451
262. A identidade de posições jurídicas na lei portuguesa.	453
263. Aceitação da concepção autonomista	456
264. Aspectos complementares	458
265. Sucessão e Direito das Sucessões. A sucessão constitutiva	460

III PARTE

A HERANÇA ADQUIRIDA

CAPÍTULO I

ASPECTOS COMUNS

266. Generalidades	465
267. Herança e legado	466
268. Situações atraídas pela herança	468
269. Tutela do sucessor	471
270. Petição de herança	473
271. O transmissário de sucessor aparente	475
272. Posição do legatário	476
273. O cabeça-de-casal, órgão necessário	478
274. Designação	479
275. Exercício	481
276. Bens na administração do cabeça-de-casal	483
277. Administração da herança	484
278. Direitos dos herdeiros sobre os bens	485
279. A alienação da herança	486

	Págs.
280. Objecto	488
281. As “indemnizações” (art. 2129)	490
282. Testamentaria: caracterização	491
283. Poderes e vinculações do testamenteiro	493
284. Função da testamentaria	494
285. Sonegação de bens da herança	495
286. Dívidas e outros encargos da herança	497
287. A situação do passivo hereditário	499
288. A herança é um património autónomo	501
289. A herança não é uma universalidade	503
290. A herança como situação complexa e unitária	505

CAPÍTULO II

O INVENTÁRIO

291. Sentido e fins	509
292. Inventário e partilha	511
293. Quem pode requerer inventário?	512
294. Inventário e acções sucessórias	514
295. A limitação de responsabilidade	515
296. Trâmites do inventário e operações subsequentes à partilha	517

CAPÍTULO III

A PLURALIDADE DE HERDEIROS

297. Generalidades	520
298. Legitimidade para actuar sobre o património hereditário	521
299. A responsabilidade pelas dívidas da herança	524
300. A preferência na alienação de quinhão hereditário	525
301. Realização da partilha	527
302. Atribuições preferenciais	528
303. A colação	530
304. A sujeição do cônjuge à colação	531
305. A igualação da partilha	534
306. Execução da colação	536
307. O ónus real da eventual redução das doações	537
308. A partilha e a repercussão sobre as dívidas	539
309. Vícios da partilha	540
310. Partilha em vida	541



	Págs.
311. A pretensa natureza declarativa da partilha	543
312. A partilha como acto modificativo	545
ABREVIATURAS	549
BIBLIOGRAFIA DO AUTOR	551
BIBLIOGRAFIA GERAL	561
ÍNDICES	
Índice Ideográfico	569
Índice Geral	581